



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

AJUSTE DIRETO

(Artigo 9º, Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril)

¹
**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (REDE SECUNDÁRIA) CONFINANTES COM A REDE VIÁRIA - CADERNO
DE ENCARGOS**



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª – Objeto do procedimento

Cláusula 2.ª – Locais da prestação de serviços

Cláusula 3.ª – Contrato

Cláusula 4.ª – Proposta

Cláusula 5.ª – Prazo de vigência

Capítulo II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 6.ª – Obrigações principais do fornecedor

Cláusula 7.ª – Seguros e encargos

Cláusula 8.ª – Objeto do dever de sigilo

Cláusula 9.ª – Prazo do dever de sigilo

SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES

Cláusula 10.ª – Acompanhamento da execução do contrato

Cláusula 11.ª – Preço contratual

Cláusula 12.ª – Consulta preliminar ao mercado

Cláusula 13.ª – Condições de Pagamento



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

Capítulo III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14ª – Penalidades Contratuais

Cláusula 15ª – Força Maior

Cláusula 16ª – Resolução por parte do contraente público

Cláusula 17ª – Resolução por parte do fornecedor

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO

Cláusula 18ª - Caução

CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 19ª – Foro competente

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20ª – Cessão da posição contratual

Cláusula 21ª – Gestor do Contrato

Cláusula 22ª – Comunicações e notificações

Cláusula 23ª – Contagem dos Prazos

Cláusula 24ª – Legislação Aplicável

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 25ª – Especificações Técnicas



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª – Objeto do procedimento

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (REDE SECUNDÁRIA) CONFINANTES COM A REDE VIÁRIA, cuja identificação e localização constam em anexo, na planta 1 (Lote 1/ Lote 2).

2- Os trabalhos serão efetuados em 53,45 hectares, dividido em 2 lotes, de acordo com as condições técnicas específicas previstas na cláusula 25ª do presente caderno de encargos e com as condições previstas no Anexo do Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2018 de 14 de fevereiro.

Cláusula 2ª – Locais da prestação de serviços

Os serviços objeto do contrato a celebrar são prestados no concelho de Vila Nova de Poiares, nos locais indicados nas cláusulas 11ª e 25ª e na planta anexa, disponibilizada nas peças do procedimento.

Cláusula 3ª - Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que, esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

Cláusula 4ª - Proposta

1. A proposta deve incluir:

- 1.1. Lote(s) a que concorre e preço do serviço a realizar, nas condições constantes das especificações técnicas, sem a inclusão do IVA; (preço por hectare e preço global);
2. A prestação de serviços compreende 2 Lotes, em conformidade com o previsto na cláusula 11ª sendo admitidas propostas para a totalidade dos lotes ou para cada um deles.

Cláusula 5ª – Prazo de Execução do contrato

A entidade adjudicatária obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas especiais, constante do presente Caderno de Encargos, no prazo definido nessas especificações, o que tem de ocorrer, impreterivelmente, até 31 de maio de 2018, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 6ª - Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Instalação de faixas de gestão de combustível (rede secundária), na rede viária do concelho de Vila Nova de Poiares, num total de 53,45 hectares, através das intervenções descritas nas especificações técnicas, constantes na cláusula 25ª.
- b) Executar um serviço de qualidade, em conformidade com o conteúdo do presente caderno de encargos e da respetiva proposta;



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

- c) Executar o serviço que lhe for adjudicado, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - d) Cumprir as condições fixadas para a execução do serviço;
 - e) Sujeitar-se à ação fiscalizadora de representante indicado pelo Município e pelo gestor do contrato;
 - f) Proceder à entrega dos documentos correspondentes ao serviço, de acordo com os prazos contratualizados;
 - g) Prestar as informações que forem solicitadas pelo representante indicado pelo Município;
 - h) Realizar os serviços enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;
 - i) Disponibilizar o número suficiente de trabalhadores com qualificação adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre o prestador de serviços e os representantes do Município;
 - j) A entidade adjudicatária fica obrigada a recorrer a todos os meios humanos, equipamentos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
 - k) Fica ainda obrigado a remover do local dos trabalhos, após a conclusão destes, os materiais, equipamentos, resíduos de estaleiro ou resíduos florestais, bem como lixo que se encontrem na área de trabalho e tudo o que tenha servido para a sua execução, no prazo máximo de cinco dias, a contar da data da conclusão dos trabalhos em causa. Os materiais em depósito na via pública ou em transporte deverão ser devidamente acondicionados de modo a não prejudicarem ou impedirem o trânsito de pessoas e veículos, nem constituírem qualquer fator de risco de acidentes pessoais ou danos.
 - l) Deverão ser estilhaçados ou removidos todos os sobrantes resultantes das operações indicadas nas especificações técnicas, devendo, no caso de se optar pelo estilhaçamento, a estilha, ser espalhada e não ficar acumulada.
2. É da responsabilidade da entidade adjudicatária a adoção de quaisquer medidas de proteção e segurança que se tornem necessárias, inclusive no que se refere à salvaguarda de terceiros /ou dos seus bens.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

3. O adjudicatário obriga-se a garantir que a realização do serviço, no âmbito das suas obrigações contratuais, observe todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 7ª - Seguros e encargos

O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair, todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução do objeto do presente contrato.

Cláusula 8ª - Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Poiares, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo é ilimitado, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES

Cláusula 10ª - Acompanhamento da execução do contrato

1. A entidade adjudicante, através do gestor do contrato procede ao acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, com vista a verificar se estão a ser cumpridos

7

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (REDE SECUNDÁRIA) CONFINANTES COM A REDE VIÁRIA - **CADERNO
DE ENCARGOS**



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

os requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, constantes do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na análise a que se refere o número anterior, a entidade adjudicatária deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de se verificar o não cumprimento das exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve de isso informar, por escrito, a entidade adjudicatária.
4. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicatária deve proceder, à sua custa e no prazo razoável ao que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e correções necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. O Município poderá mandar suspender os trabalhos, temporária ou definitivamente, quando o equipamento utilizado pela entidade adjudicatária não satisfaça as exigências técnicas recomendadas na operação em curso.
6. A entidade adjudicatária deverá tomar todas as medidas necessárias para garantir a boa execução dos trabalhos e a sua preservação, enquanto os mesmos não forem dados por concluídos.
7. É da responsabilidade da entidade adjudicatária a adoção de quaisquer medidas de proteção e segurança que se tornem necessárias, inclusive no que se refere à salvaguarda de terceiros /ou dos seus bens.

Cláusula 11ª – Preço contratual

1. Como contrapartida da realização efetiva do serviço prestado, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Poiares pagará ao adjudicatário, pelos serviços prestados, por hectare, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, não pode, em qualquer caso, por lote, ser superior à constante do quadro infra.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

3. A prestação de serviços compreende 2 Lotes, sendo admitidas propostas para a totalidade dos lotes ou para cada um deles, com a seguinte designação:

LOTE (POR FREGUESIA)	DIMENSÃO (ha)	PREÇO BASE POR LOTE
LOTE 1 (Freguesia de Poiares (Santo André))	29,95	€ 38.935,00
LOTE 2 (Freguesia de Arrifana)	23,50	€ 30.550,00

O preço global por hectare não pode exceder os 1300€/hectare (novecentos euros por hectare) + IVA.

4 - O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar não poderá ultrapassar o valor de 69.485,00€.

5 - O preço referido no número anterior é pago em função do serviço efetivamente prestado e inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 12ª – Consulta preliminar ao mercado/fundamentação do preço base

1 - Nos termos do artº 35ª-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado a vários prestadores de serviço deste tipo e também tido em conta os valores pagos por outros contratos do mesmo tipo.

3 - Os valores obtidos tiveram em conta as características técnicas constantes deste Caderno de Encargos.

Cláusula 13ª – Condições de Pagamento

1. Com base no desenvolvimento dos trabalhos o adjudicatário procederá à emissão das respetivas faturas de acordo com o infra indicado:
 - a) Os pagamentos devidos são liquidados mensalmente e dirão respeito aos trabalhos efetivamente realizados no mês anterior.
 - b) Deverá ser elaborado pelo adjudicatário e previamente submetido à aprovação do Presidente da Câmara Municipal, pelo gestor do contrato, um auto de medição, onde estejam refletidos os trabalhos efetivamente executados.
 - c) A fatura só deverá ser emitida após aprovação do auto de medição pelo Presidente da Câmara Municipal.

9

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (REDE SECUNDÁRIA) CONFINANTES COM A REDE VIÁRIA - **CADERNO DE ENCARGOS**



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

- d) A quantia devida pelo Município de Vila Nova de Poiares, deve ser paga no prazo de 60 dias, após a receção pelo Município de Vila Nova de Poiares da respetiva fatura.
- e) Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Poiares, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- f) Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga através de transferência bancária, devendo o adjudicatário indicar o IBAN para o efeito.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14ª – Penalidades Contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Poiares pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: $P=V*A/500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato/do fornecimento dos serviços em atraso e A é o n.º de dias em atraso.
- 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento adjudicatário, o Município de Vila Nova de Poiares pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 0.5% até 20% do valor do contrato.
- 3 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Poiares tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 4 - O Município de Vila Nova de Poiares pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Poiares exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15ª – Força Maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, gestão de combustível entretanto efetuada pelo proprietário, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16ª - Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o Contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao cocontratante;
- b) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Cessão da posição contratual realizada com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;

11

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (REDE SECUNDÁRIA) CONFINANTES COM A REDE VIÁRIA - CADERNO
DE ENCARGOS



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento
Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

- d) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- e) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

Cláusula 17ª- Resolução do contrato pelo prestador de serviços

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o cocontratante pode resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos no art.º 332º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO

Cláusula 18ª – Caução

Não é exigível prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88º do CCP.

CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 19ª – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20ª – Cessão da posição contratual

A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21ª – Gestor do Contrato

Nos termos do artº 290-A do Código dos Contratos Públicos foi nomeado Gestor do Contrato o Trabalhador Luis Sousa, Coordenador Municipal de Proteção Civil.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

Cláusula 22ª – Comunicações e notificações

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23ª – Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 24ª – Legislação Aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Em tudo o omissso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações e nova redação dada pelo Decreto –Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto.

Cláusula 25ª – Especificações técnicas

CLÁUSULAS ESPECIAIS

I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1- Reconhecimento dos locais das faixas de gestão de combustível

1.1. Os interessados poderão fazer o respetivo reconhecimento, devendo, para o efeito efetuar contactos com os serviços de Proteção Civil Municipal e/ou Recursos Florestais do Município de Vila Nova de Poiares, telefone 239420850;

1.2. A área objeto da prestação de serviços localiza-se no território de Vila Nova de Poiares e enquadra-se nas faixas de gestão de combustíveis definidas no PMDFCI de Vila Nova de Poiares e de acordo com as seguintes áreas:

FREGUESIA DE ARRIFANA – 23,50 hectares

FREGUESIA DE POIARES (SANTO ANDRÉ) – 29,95 hectares

2- Redução de densidade excessiva e abate

13

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (REDE SECUNDÁRIA) CONFINANTES COM A REDE VIÁRIA - CADERNO
DE ENCARGOS



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

2.1. Os serviços de limpeza de caminhos municipais da rede secundária de faixas de gestão de combustível incluem a limpeza numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 metros, a contar da área pavimentada ou plataforma da via (ou valetas, quando existam), dos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, de acordo com os seguintes critérios:

2.1.1. - No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo ser desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

2.1.2. - No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas no ponto anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

2.1.3. - No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;

2.1.4. - No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

2.2. No planeamento da redução de densidades, dever-se-á ter em conta o espaçamento entre as copas das árvores, definido no ponto anterior.

2.3. Não deverá ser descurada a preservação dos elementos com melhor desenvolvimento vegetativo, eliminando prioritariamente as árvores decrépitas e doentes, as espécies infestantes, os eucaliptos e os pinheiros, por esta ordem. O desbaste poderá ser feito com motosserra em árvores de pequeno a grande porte.

2.4. No desbaste de árvores de médio e grande porte dever-se-á ter em conta a orientação da queda de modo a evitar danos nas árvores a preservar, nas edificações, na rede elétrica e demais infraestruturas. Deverá assim ser feito um corte em cunha com motosserra ou machado do lado para onde deverá cair a árvore e ser então cortada do lado oposto (designado por abate dirigido).

2.5. No caso de necessidade de abate, de poda ou desbaste de árvores de espécies protegidas, estas devem ser identificadas e comunicada a sua localização e necessidade de intervenção, à entidade adjudicante, para que esta proceda aos devidos procedimentos de pedidos de licenciamento ou comunicação/autorização.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

3. LIMPEZA DE MATO

3.1. Os arbustos que se encontram junto às árvores deverão ser eliminados manualmente ou com motosserra ou motorroçadora, evitando causar danos nos troncos ou nas raízes, pelo que não deverão ser utilizadas alfaías pesadas. Os restantes arbustos poderão ser eliminados com cortamatos, destroçadores, roçadoras, ou grades de disco.

3.2. Em todos estes trabalhos de desbaste, desramação e limpeza de mato é necessário que se cumpram todas as regras de segurança e de manuseamento das máquinas.

3.3. Deverá ser sempre utilizado o equipamento de proteção individual.

4. SOBRANTES

4.1. O material lenhoso retirado deverá ser devidamente empilhado junto da via, em segurança e ser posteriormente encaminhado para o local de transformação ou de depósito, a indicar pela entidade adjudicante, numa distância máxima de 15 Km do local de recolha, para posterior transação pela entidade adjudicante.

4.2. O material lenhoso (DAP<7,5 cm) deverá ser igualmente retirado ou queimado em local seguro e fora do período crítico.

4.3. O material lenhoso sem valor comercial poderá ainda ser estilhaçado (dimensão inferior a 3 cm) e devidamente espalhado por forma a servir para revestimento do solo.

5. DESCRIÇÃO TÉCNICA DO MODO DE EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES A REALIZAR

5.1. As operações serão executadas da seguinte forma:

5.1.1. As invasoras lenhosas com DAP<7,5cm, deverão ser totalmente cortadas, ou arrancadas nos casos em que seja possível fazê-lo, e retiradas da faixa podendo ser queimadas e/ou trituradas e/ou destroçadas e/ou removidas para local adequado e indicado pela entidade adjudicante.

5.1.2. Nas zonas onde é possível a intervenção com meios mecânicos, deverá ser feita uma intervenção com trator de lagartas equipado com corta matos acoplado.

5.1.3. Nas operações serão usadas motorroçadoras (variando o tipo com o grau de lenhificação das invasoras) e motosserras (para invasoras muito desenvolvidas).



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aprovisionamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

5.1.4. Tendo em atenção o grau de pedregosidade, a presença de alguns afloramentos rochosos, assim como do declive verificado em algumas áreas a intervir, o controlo da vegetação espontânea total será realizado com recurso a operações motomanuais.

5.1.5. O mato deve ser totalmente cortado e retirado da faixa, podendo ser queimado e/ou triturado e/ou removido para local adequado.

5.1.6. Nestas operações serão usadas motorroçadoras (variando o tipo com o grau de lenhificação da vegetação) e motosserras (para vegetação lenhificada muito desenvolvida).

5.1.7. Devem ser cortadas árvores malconformadas ou que constituam potencial perigo de queda e obstrução da faixa de circulação rodoviária, independentemente do seu calibre.

II – RESPONSABILIDADES DO ADJUDICATÁRIO

1 - O adjudicatário é considerado único responsável nas seguintes situações:

1.1 – Pela reparação e indemnização de todos os prejuízos ou danos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sofridos por terceiros ou pela Entidade Adjudicante;

1.2 – Pelas indemnizações devidas a terceiros na constituição de servidões provisórias ou da ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução dos trabalhos;

1.3 – Por todos os prejuízos, causados à área florestal, incluído solos e linhas de água, ou terceiros, decorrentes das operações de corte e extração, imputáveis a deficiências técnicas e/ou agravadas por situações climatéricas desfavoráveis;

1.4 – São da conta do adjudicatário todas as licenças e encargos legais necessários à execução dos trabalhos, caso existam.

2 – É também da responsabilidade do adjudicatário:

2.1 – O cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança e higiene no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos em objeto, sendo da sua conta os encargos que daí resultem;

2.2 – Apresentar no início dos trabalhos e sempre que a Entidade Adjudicante o exija, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal presente no local.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Administração Geral | Aproveitamento

Largo da República | 3350-156 Vila Nova de Poiares
Tel: 239420850 | Fax: 239421800 | Email: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

2.3 – Após a adjudicação, quaisquer prejuízos resultantes de furto, deterioração ou sinistro que possam ocorrer, correm por conta do adjudicatário, sem que por isso possa vir a exigir à Entidade Adjudicante, indemnização ou redução do preço do serviço prestado.

2.4 – O adjudicatário obriga-se a manter permanentemente os caminhos, incluindo valetas, tal como eles estavam à data do início das operações de exploração.

2.5 – O adquirente obriga-se a executar a gestão de combustível até 31 de maio de 2018.

2.6 – O adjudicatário obriga-se ao cumprimento das obrigações relativas à Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente o artº 19º e 22º do Decreto-Lei nº 124/2008, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei nº 76/2017 de 17 de agosto e ao cumprimento das normas técnicas, nomeadamente:

2.6.1 – Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal, que terão que ser removidos do local e encaminhados para o local definido pela entidade adjudicante;

2.6.2 – É interdito o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis;

2.6.3 - Os depósitos de madeira, sobrantes e estilha deverão ser instalados nos aceiros e outras áreas limpas, evitando a destruição de manchas de vegetação em bom estado de conservação, a concertar com os serviços de Proteção Civil do Município;

2.6.4 - Deverão ser observadas todas as indicações dadas pelo pessoal do Município de Vila Nova de Poiares;

2.6.5 - Deverão ser preservados indivíduos de diferentes espécies de árvores e arbustos autóctones, com especial destaque para os espécimes de *Quercus* spp. (Carvalhos e Sobreiros), tendo o cuidado de durante o abate de árvores evitar a sua mutilação.

Vila Nova de Poiares, 20 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,

João Miguel Sousa Henriques

